



Brasília, 27 de outubro de 2023

REUNIÃO FONASEFE: ENCAMINHAMENTOS PARA PARALISAÇÃO E MOBILIZAÇÕES DOS DIAS 07 E 08

No dia 27 de outubro, pela manhã, ocorreu uma reunião virtual do FONASEFE (Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais), em que foram discutidos vários assuntos importantes para toda a categoria de servidores públicos federais. Dentre os temas abordados, sobre as mobilizações, ficaram decididas as seguintes orientações:

- Manutenção dos dias 07 e 08 como datas de luta, mobilização e paralisações. Além disso, foi decidido que haverá uma Plenária nos dias 07 e 08 com o propósito de promover a mobilização e paralisação.
- A Plenária programada para o dia 07 de novembro terá um caráter híbrido, permitindo a participação presencial em Brasília e virtual, visando a maior adesão dos participantes.
- Foi deliberado que no dia 16 de novembro, quando ocorrerá uma reunião da Mesa de Negociação, será organizada uma vigília com caravanas. Além disso, estão previstos atos nos estados como parte dessa mobilização.
- Com o objetivo de fortalecer as ações em curso, ficou estabelecido que será feita uma acumulação de forças para a construção de uma nova Plenária após o dia 08 de novembro, com indicativo para a noite do dia 16 de novembro.
- Haverá uma avaliação da possibilidade de intensificar as ações no dia 08 de novembro, especialmente em frente ao MGI (Ministério da Gestão e Inovação), caso um número significativo de pessoas participe das mobilizações.
- A Fasubra ressaltar a importância de que todos estejam organizados para a mobilização e paralisação que ocorrerá no dia 07 e 08 de novembro, data estratégica para cobrança de respostas do governo para as propostas de carreira apresentadas, contra PEC 32, recomposição salarial e revogação.



SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA

Carta de Florianópolis

Nos dias de 25 a 29 de setembro de 2023, no auditório do Centro de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Santa Catarina, foi realizado o XXIX Seminário Nacional de Segurança das IFES e EBTTs.

Os representantes dos vigilantes, servidores técnicos administrativos em educação (TAES) das Instituições Públicas de Ensino Superior (IFES e EBTTs) reunidos em Florianópolis durante o período de 25 a 29 de setembro do corrente ano, na Universidade Federal de Santa Catarina, vem através desta Carta solicitar à ANDIFES que apresente ao Ministério da Educação o pedido de criação de um Grupo de Trabalho (GT) que possibilite a construção de uma Política de Segurança para as Instituições Federais de Ensino Superior - IFES.

O cenário dos problemas de segurança nas universidades e institutos federais é grave e precisa de apoio e medidas, por parte do Ministério da Educação. Neste contexto observa-se a falta de quadro de pessoal efetivo de segurança, devido à extinção de cargos, a necessidade de Concurso Público, capacitação e treinamento adequado para o pessoal em exercício, a necessidade de recursos logísticos e financeiros para que as IFES possam resolver os problemas de infraestrutura, contratar serviços e investir em novas tecnologias de segurança.

É urgente a necessidade de se repensar a terceirização no setor da vigilância: o exercício da segurança em uma instituição de ensino deve ser realizado por trabalhadores adequadamente capacitados, o que a terceirização não garante, tendo em vista que a segurança privada está submetida a frágeis instrumentos de controle, o que faz com que sua atuação não seja garantidora de direitos, mas muitas vezes violadora. Além da menor qualidade na prestação da segurança cidadã, é fundamental que se analise a questão sob o ponto de vista econômico, a terceirização gera um gasto muito maior para o Estado do que a contratação direta de servidores públicos para o exercício dessas funções. Levantamentos apontam que a média mensal do custo de um posto de vigilante terceirizado nas Universidades Federais e Institutos Federais é de R\$ 6.416,48, enquanto o valor salarial mensal do vigilante concursado no início da carreira é de R\$ 3.591,90, portanto 55% do valor.

A segurança deve ser cidadã. Precisa ser pensada de forma conectada com os territórios em que as universidades estão, conectadas com as políticas de educação, emprego, renda e cultura, para que possamos ter ambientes seguros e saudáveis para toda a comunidade.

Em síntese conceber e implementar políticas de segurança é de fato medida estratégica para que possamos assegurar um ambiente dinâmico, seguro e eficaz para não só a formação de nossos estudantes, mas também para que nossas Instituições prossigam na produção de novos conhecimentos os quais são fundamentais para o desenvolvimento da nossa nação.



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico- administrativos
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978

O problema de segurança é multifacetado, portanto, a solução precisa ser sistêmica e necessariamente que envolva parcerias com as redes de segurança, municipal, estadual e federal, bem como com os territórios e demais políticas públicas.

Estiveram presentes diversas delegações de vigilantes dos quadros efetivos (TAE) das instituições públicas elencadas a seguir:

UFSC, IFAM, IFES, SINDISEP, SINDISPREV, SINTFUB, SINTUFSC, SINTUFCE, UERJ, UFAC, UFAM, UFG, UFJF, UFMA, UFMG, UFMS, UFPA, UFPB, UFPE, UFPEL, UFPI, UFRJ, UFRN, UFRPE, UFRRJ, UFSM, UFU, UFV, UNB.

Estas delegações trouxeram ao evento 168 vigilantes públicos federais de todo o Brasil, além de diversas autoridades e palestrantes especialistas nos diversos assuntos debatidos durante toda semana.

Florianópolis, 29 de setembro de 2023.



Documento assinado digitalmente

Leandro Luiz de Oliveira

Data: 02/10/2023 08:22:20-0300

CPF: ***.681.209-**

Verifique as assinaturas em <https://w.ufsc.br>

Leandro Luiz de Oliveira

Secretário de segurança Institucional UFSC

Coordenador Nacional do XXIX Seminário Nacional de Segurança IPES e EBTTS.



PLANO DE LUTAS DO XXIX SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA DAS IPES E EBTT –

Data: 25 a 29 de setembro 2023

Local: Universidade Federal de Santa Catarina - SC

PROPOSTAS:

- 1) Carta de Florianópolis 2023;
- 2) GT Nacional junto a FASUBRA e SINASEFE;
- 3) Concurso Público para Vigilantes;
- 4) Definição 10 de outubro como dia de luta para o concurso público para Vigilantes, com a entrega da Carta de Florianópolis 2023 nos seguintes Órgãos e Instituições:
 - Ministério da Justiça – PRONASCI (Tamires Sampaio)
 - Ministério da Educação (Exmo. Camilo Santana)
 - Ministério de Gestão e Inovação (Exma. Ester Dweck)
 - Diretório Central dos Estudantes UnB – DCE Honestino Guimarães
 - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – Andes
 - Associação dos Docentes da Fundação Universidade de Brasília – ADUnB
 - Prefeito do Campus UnB (Valdeci da Silva Reis)
 - Fundação Universidade de Brasília (Magnífica Marcia Abrahão Moura)
 - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes (Prof. Dr.^a Marcia Abrahão Moura)
- 5) Agenda Nacional (Orçamento Anual das Entidades Representativas);
- 6) Tabela Comparativa entre Vigilantes Orgânicos e Terceirizados e outros;
- 7) Próximo Seminário
 - Local: UFPE
 - Data: 2^a. Quinzena de Setembro de 2024;



CONVOCATÓRIA DE REUNIÃO PARA REATIVAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO LGBTQIA+ DA FASUBRA - (GT LGBTQIA+)

O XXIII Congresso da FASUBRA (CONFASUBRA), que é a instância máxima de deliberação da Federação, ocorrido em Poços de Caldas, Minas Gerais, aprovou no dia 10 de maio, por unanimidade, a criação da Coordenação LGBTQIA+ da FASUBRA.

A criação da Coordenação LGBTQIA+ é um marco na história de lutas da Federação, e foi definido uma semana antes do Dia Internacional de Combate à LGBTfobia, comemorado no 17 de maio. Foi um momento histórico porque reafirma a luta da FASUBRA em favor da diversidade, da pluralidade, do respeito às identidades de gênero e às orientações sexuais de todas, todos e todes.

Entrou para história, também, por reforçar a discussão em torno das questões LGBT dentro das universidades e no movimento sindical. Afinal, a LGBTfobia está presente em todos os espaços: nas instituições de ensino, nos sindicatos, nas repartições públicas, nas empresas, na nossa própria Federação. E só reforçando a política em defesa da comunidade LGBT que poderemos evoluir para uma sociedade que respeite os direitos humanos.

A criação da Coordenação LGBTQIA+ da FASUBRA pode contribuir para que as vidas de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e pessoas intersex não sejam apagadas, não sejam assassinadas, nem precisem ter vergonha de serem quem são.

No último mês a Direção da FASUBRA Sindical esteve envolvida em diversas lutas, entre eles o debate acerca do PL 580/2007, que altera o Código Civil, para dispor sobre o contrato civil de união homoafetiva.

O Pastor Eurico (PL-PE) tomou a frente, enquanto relator, de um Projeto de Lei que estava na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados para ser avaliado. Trata-se de PL do ex-deputado Clodovil Hernandes, que propunha a união estável homoafetiva, anexado a um PL dos ex-deputados Paes de Lira e Capitão Assunção, contrários à união. Em uma manobra, o texto foi radicalmente alterado para proibir o casamento e a união estável entre pessoas do mesmo gênero.

Nesta nossa sociedade ela garante alguns direitos para quem partilha dela, como os direitos patrimoniais à possibilidade de acompanhar a pessoa que a divide a vida no hospital. Além disso, as escolhas individuais em torno da opção por almejar constituir família, ou de fato



constitui-la, devem ser garantidas a toda e qualquer pessoa.

Em diversos dos casos, não há a menor possibilidade dos PLs serem aprovados. É o caso desse. A aprovação na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados não significa que o Projeto de Lei entrará em vigor, nem mesmo que ele foi aprovado. Ainda é necessário que ele passe por uma série de espaços, dependendo da aprovação em todos eles. São eles: a Comissão de Direitos Humanos, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e os plenários da Câmara dos Deputados e do Senado. Após isso, depende de sanção presidencial para entrar em vigência. Ainda que a chance de aprovação do PL em questão seja mínima, as ações tomadas por esses parlamentares têm por base suscitar mobilizações contra uma série de conquistas adquiridas — quase todas elas via STF — a fim de constituir um movimento organizado cujo alvo são as pessoas LGBT.

A tentativa de setores fundamentalistas cristãos, aproximados do bolsonarismo, de elencar a população LGBT como um ponto de ataque não se inicia agora. Temos acompanhado no estado de São Paulo, por exemplo, a CPI que acompanha o Tratamento para Transição de Gênero em Crianças e Adolescentes no Hospital das Clínicas de São Paulo, protagonizada por um fascista que atende por “Carteiro Reaça” (PL), cujo único objetivo é se promover às custas do sofrimento de famílias de crianças trans. Essa onda de ataques à população LGBT tem sido orquestrada nacionalmente, de modo planejado, desde o Congresso Nacional às Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores.

Na sociedade brasileira já não há mais espaço para a tolerância ao agressor. A besta fascista deve ser enfrentada, o que significa o enfrentamento a toda a sua agenda conservadora e estigmatizante. Nós da Coordenação LGBTQIA+ da FASUBRA não mediremos esforços na construção das mobilizações para a derrota de todo o projeto bolsonarista, por isso estamos propondo a reativação do GT LGBTQIA+ Nacional para discutir as nossas pautas e preparar o nosso encontro nacional.

Com essa perspectiva, a FASUBRA apresenta para as entidades sindicais de base as seguintes orientações e calendário.



CALENDÁRIO

<p>13/11/2023 a 24/11/2023</p>	<p>Período de reestabelecimento dos GT LGBTQIA+ das entidades sindicais de base.</p> <p>A Coordenação LGBTQIA+ da FASUBRA estará à disposição para auxiliar as entidades de base nesse processo e para participar de forma virtual ou presencial de qualquer atividade visando o fortalecimento e organização dos respectivos GT.</p> <p>Cada GT poderá indicar até 2 representantes para as reuniões virtuais que ocorrerão nos próximos meses.</p> <p>Cada entidade vai indicar, via e-mail, para secretaria@fasubra.org.br, os nomes de suas/seus representantes titulares e suplentes que participarão das reuniões nacionais virtuais. A relação a ser enviada deve conter o nome completo, e-mail e número de telefone com WhatsApp de cada uma e cada um das/os 2 representantes titulares e até 2 representantes suplentes do GT LGBTQIA+ ou Coordenação de Combate a opressão.</p>
<p>1ª Reunião: 29/11/2023 (Quarta-feira)</p> <p>14h às 17h</p>	<p>Reunião Nacional virtual</p>
<p>2ª Reunião: 31/01/2024 (Quarta-feira)</p> <p>14h às 17h</p>	<p>Reunião Nacional virtual</p>
<p>3ª Reunião: 27/03/2024 (Quarta-feira)</p> <p>14h às 17h</p>	<p>Reunião Nacional virtual</p>
<p>4ª Reunião: 29/05/2024 (Quarta-feira)</p> <p>14h às 17h</p>	<p>Reunião Nacional virtual</p>
<p>5ª Reunião: 31/07/2024 (Quarta-feira)</p> <p>14h às 17h</p>	<p>Reunião Nacional virtual</p>



**V Encontro
Nacional
LGBTQIA+**

Encontro Presencial

DENÚNCIA DA REPORTAGEM DO ESTADÃO: A DESCONHECIDA REALIDADE DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

É com profunda preocupação que vimos a público manifestar nossa indignação diante de uma reportagem recente veiculada pelo ESTADÃO. A matéria em questão fez uma comparação salarial entre os docentes e os Técnico-Administrativos em Educação no contexto das instituições de ensino, porém, lamentavelmente, a abordagem careceu de um aprofundamento e precisão, resultando em uma representação deturpada da realidade.

Em um trecho da reportagem, foi destacada a diferença salarial entre os docentes e os Técnicos Administrativos em Educação, insinuando que os docentes possuem os menores salários. Entretanto, é importante ressaltar que o enfoque da reportagem se concentrou majoritariamente nos docentes que não optam pela Dedicação Exclusiva (DE), o que representa uma minoria entre esses servidores. Os servidores docentes com Dedicação Exclusiva são a regra nas Instituições Federais de Ensino, de acordo com a Lei 12.772/2012, e dobram seus salários, podendo alcançar vencimentos superiores a R\$ 20.000,00 mensais no final de suas carreiras.

Para uma compreensão precisa dessa comparação, é essencial entender a realidade de todos os servidores envolvidos, principalmente a situação dos Técnico-Administrativos em Educação. Ao contrário dos docentes com Dedicação Exclusiva (DE), os Técnicos Administrativos em Educação não têm a opção de escolher essa modalidade, o que impacta significativamente em seus salários. Além disso, os técnicos administrativos frequentemente enfrentam uma estrutura salarial com diferentes níveis de escolaridade (A, B, C, D e E), onde aqueles no início da tabela muitas vezes recebem apenas o salário-mínimo.

Enquanto a reportagem menciona a remuneração de docentes com doutorado e carga horária de 40 horas semanais, sem Dedicação Exclusiva, que podem chegar a até R\$ 15,8 mil, é importante destacar que essa remuneração não é nem de perto a realidade para a maioria dos técnicos administrativos em educação. Muitos deles recebem salários muito mais baixos, que muitas vezes não condizem com suas qualificações e responsabilidades.

Portanto, é fundamental reconhecer que, não há comparação salarial entre Docentes e



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico- administrativos
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978

Técnico-Administrativos em Educação que não seja para evidenciar que HOJE a carreira dos Técnico-Administrativos em Educação é a que Recebe a menor remuneração do Serviço Público Federal. Desta forma, solicitamos correção e esperamos que futuras reportagens possam abordar essa questão com maior precisão e profundidade.

A sociedade merece uma cobertura jornalística responsável e imparcial, e é nossa esperança que esta denúncia contribua para que futuras matérias sejam elaboradas com base em informações rigorosas e fiéis à realidade dos Técnicos Administrativos em Educação.

A FASUBRA já solicitou o pedido de correção da reportagem.

Link da reportagem: <https://www.estadao.com.br/politica/gestao-politica-e-sociedade/por-um-sistema-de-carreiras-racional-e-efetivo-no-servico-publico-federal-brasileiro/>



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico- administrativos
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978

CALENDÁRIO	
OUTUBRO	
25 a 31	Rodadas de Assembleias das Entidades de Base
30 e 31	9º Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde.
NOVEMBRO	
7	Plenária Nacional Unificada Presencial das Entidades do Serviço Público Federal (Híbrida);
7 e 8	Paralisação Nacional convocada pela Fasubra e Fonasefe
8	Reunião Virtual do GT de Saúde e Hospitais Universitários (Região Sudeste – São Paulo e Rio de Janeiro);
16	Reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente e Caravanas
22	Reunião Virtual do GT de Saúde e Hospitais Universitários (Região Sudeste – Espírito Santo e Minas Gerais);
29	Reunião Virtual do GT de Saúde e Hospitais Universitários (Região Sul).
	Reunião Virtual do GT LGBTQIA+
DEZEMBRO	
7 e 8	Reunião da Direção Nacional da FASUBRA
9 e 10	Plenária Nacional da FASUBRA
11	Conferência Livre da FASUBRA para a CONAEE 2024